

OPORTUNIDADES CONTÁBEIS NA NOVA ECONOMIA

AUTOR

Diogo de Oliveira MUNIZ

Discente em Ciências Contábeis

Ermerson Rogério de SOUZA

Leonardo Ramos PEREZ

Ivanir Teixeira da Silva SANTOS

Vinicius Rossi HERNANDES

Docentes da União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO

RESUMO

O público tem aguardado um futuro promissor para o campo econômico após o surgimento das vacinas em tempo recorde, no entanto, aos olhos mais atentos daqueles que buscam se informar através de fontes descentralizadas e internacionais, pode-se perceber que o futuro não é tão atraente quanto se espera, visto que as vacinas têm se mostrado ineficazes nos estudos de respeitáveis instituições de pesquisa internacionais. No campo da contabilidade, os profissionais precisam com urgência alertar as empresas em que trabalham para se prepararem para o pior, com iniciativas que garantam sua sobrevivência a médio prazo, caso as expectativas coletivas se frustrem.

PALAVRAS

Contabilidade pós pandemia

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias (FIOCRUZ, 2021).

Na esteira da “maior crise sanitária da nossa época”, como chamou a Organização Mundial de Saúde (OMS), a economia brasileira mais uma vez não andou — ou melhor, foi para trás. A estimativa mais recente de analistas consultados pelo Banco Central é que o PIB (Produto Interno Bruto) tenha encolhido 4,3% no ano passado (ECONÔMICO, 2021).

Brasil vive inflação de escassez pela 1ª vez desde Plano Real, dizem economistas. O IPCA-15 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15) de 0,89% registrado em agosto foi o pior para mês nos últimos 18 anos. Economistas entendem que o resultado revela um cenário inédito: pela primeira vez desde a adoção do Plano Real, o Brasil enfrenta inflação motivada por escassez. Geralmente, o aumento de circulação do dinheiro ocorre pelo excesso de demanda, que impulsiona os preços (STÉFANO, 2021).

A expectativa é que, com a imunização em massa da população, a economia volte a crescer ainda em 2021. Segundo estudos econômicos, grande parte das falências das micro e pequenas empresas se deram pela falta de caixa durante a pandemia, enquanto ações de municípios e Estados serviram apenas para piorar ainda mais a crise, impedindo essas empresas, normalmente frágeis devido seu tamanho e atividade local, a trabalharem, mantendo as portas fechadas para conter o vírus. Como disse o Governador de São Paulo, João Dória, a Economia vemos depois, pois bem, chegou a hora de ver a economia, e não podemos esperar nada do governo do Estado, pois suas ações durante a pandemia foram pouco ou nada efetivas no tocante a economia, e muito ineficazes na área que mais careceu de suporte, a saúde pública (OLIVEIRA, 2021).

Mas com a imunização avançando em todas as faixas etárias, será que podemos dizer que o pior já passou e acalmar os ânimos para o futuro que virá? (OLIVEIRA, 2021).

Economistas consideram que imunizar a população contra a covid-19 será um ponto-chave para a recuperação da atividade após a maior crise global em décadas.

A atenção dada à vacina não se restringe à área da saúde e ao desejo das pessoas de circularem novamente com segurança. Economistas avaliam amplamente que a vacinação será uma das chaves para a recuperação da economia, após um 2020 que trouxe uma das piores crises globais em décadas. A perspectiva de uma vacina próxima, inclusive, foi um dos principais impulsores das bolsas de valores pelo mundo nos últimos meses de 2020, refletindo as expectativas positivas trazidas pela possibilidade de imunização da população (ROUBICEK, 2021).

Nos primeiros meses de 2020, a pandemia levou à paralisação parcial da economia em todos os cantos do globo. Seja por imposição de medidas de isolamento por autoridades ou por medo de contágio pelo vírus, milhões de pessoas reduziram suas circulações pelas cidades. O número de pessoas saindo de casa caiu consideravelmente em questão de poucas semanas – seja para atividades de lazer, trabalho ou outras obrigações. Com menor circulação de pessoas, a circulação de dinheiro também caiu. Mesmo com a alta do comércio online, as vendas de varejo registraram forte queda nos primeiros momentos da pandemia. O processo de reabertura nos meses seguintes ajudou o comércio a se recuperar a níveis pré-pandemia em boa parte do mundo, inclusive no Brasil. Programas de estímulo de governos – como o auxílio emergencial no Brasil, encerrado no fim de 2020 – também ajudaram a impulsionar vendas de bens (ROUBICEK, 2021).

A chegada da vacina pode alterar esse cenário consideravelmente. Com uma parcela cada vez maior da população imunizada, mais gente deve se sentir confortável para sair de casa e, conseqüentemente, gastar mais. As restrições sobre estabelecimentos fechados também devem começar a cair – não se sabe exatamente em que ritmo. Ao mesmo tempo, a contratação de serviços deve subir com mais força, principalmente os presenciais onde há demanda represada, como serviços de reparações domésticas não urgentes (ROUBICEK, 2021).

Porém, muito se especula sobre a segurança das vacinas. Afinal, foram desenvolvidas e produzidas em tempo recorde, com pouquíssimo ou nenhum teste realizado nos grupos mais vulneráveis, tais como grávidas, crianças, pessoas com problemas cardíacos e por aí vai (OLIVEIRA, 2021)

No dia 30 de agosto de 2021 houve uma audiência na Câmara dos Deputados referente a Carteira Digital e Certificado de Imunização obrigatórios a toda população brasileira, onde participaram desta audiência médicos de renome, as quais demonstraram dados aterrorizantes levantados por meio de pesquisas contrapondo a segurança das vacinas. Nesses estudos, os médicos da audiência trouxeram pesquisas que demonstram que a grande maioria das pessoas que se submeteram inconscientemente ao experimento de imunização global, chamado de imunização de rebanho, a qual não tem mostrado resultados animadores no combate a pandemia, está causando problemas sérios de miocardite e pericardite (OLIVEIRA, 2021).

Segundo a doutora Maria Emilia Gadelha Serra, os estudos clínicos dos imunizantes contra a covid-19 ainda não foram concluídos. O passaporte da vacina, criado pelo prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), entrou em vigor nesta quarta-feira, 1º de setembro. De acordo com decreto publicado no Diário Oficial da capital paulista no último sábado, 28, o comprovante de vacinação contra a covid-19 será exigido para acesso a eventos com público superior a 500 pessoas (SALGUEIRO, 2021).

Em resposta, a doutora Maria Emilia Gadelha Serra, pós-graduada em Perícias Médicas, protocolou na Procuradoria-Geral da República (PGR) um documento para barrar a medida. “Estamos acompanhando relatos de eventos adversos em relação à vacina”, afirmou, durante entrevista ao programa Os Pingos nos Is, da rádio Jovem Pan. “Há subnotificação enorme no banco de dados da Anvisa; é uma situação extremamente preocupante” (SALGUEIRO, 2021).

Segundo Maria Emilia, há substâncias potencialmente danosas à saúde humana nos imunizantes. “O polisorbato 80, que está na vacina da Janssen e da AstraZeneca, pode causar alergia”, asseverou. “O polietilenoglicol, uma das nanopartículas da vacina da Pfizer, e o hidróxido de alumínio, presente na CoronaVac, também são substâncias que podem causar reações alérgicas, doenças autoimunes e doenças degenerativas” (SALGUEIRO, 2021).

A médica argumenta que a campanha de vacinação no Brasil está sendo conduzida de maneira irresponsável, visto que os imunizantes contra a doença causada pelo novo coronavírus são experimentais. “É antiético; esse é o primeiro ponto”, criticou. “Promoveu-se a condição de que a vacina solucionaria o problema, mas, na verdade, a vacina sempre foi um instrumento de prevenção de doenças, não serve como alternativa de tratamento” (SALGUEIRO, 2021).

Israel anunciou hoje que reduziu para 30 anos a idade mínima para a aplicação da terceira dose da vacina contra a covid-19, com o objetivo de conter o aumento do número de casos ligado à variante delta (UOL, 2021).

O governo de São Paulo anunciou nesta quarta-feira (1) a campanha para vacinar pessoas com mais de 60 anos e imunossuprimidos com a 3ª dose da vacina contra a Covid-19 a partir de 6 de setembro. Há expectativa de atender 7,2 milhões de pessoas (ISTOÉ, 2021).

O Brasil atingiu nesta terça-feira, 31 de agosto de 2021, um total de 2.613 casos confirmados da variante Delta do novo coronavírus, registrando um aumento de 86% em relação ao número de diagnosticados positivos contabilizados até terça passada (1.405), apontam dados reunidos pelo Ministério da Saúde (RE, 2021).

Visto as perspectivas para um futuro incerto, onde o problema gerado pela Covid-19 está longe de terminar, considerando que as vacinas podem trazer sérios problemas de saúde a população devido à falta de testes mais criteriosos e a pressa pela solução, as empresas devem se preparar para enfrentar crises ainda piores (OLIVEIRA, 2021).

Conforme a própria matéria da Revista Oeste de 01 de setembro de 2021, a tendência é que os Estados e municípios comecem a cercear as liberdades individuais daqueles que não apresentarem o “passaporte da vacina”, o que causará uma diminuição de público àquelas empresas que dependem dele, por exemplo, bares, restaurantes, supermercados e locais de eventos (OLIVEIRA, 2021).

As empresas brasileiras sofreram um grande revés a partir da metade do mês de março do ano de 2020 com a Pandemia do COVID-19. O efeito é tão avassalador que muitos economistas dizem que não só o Brasil, mas o mundo não será mais o mesmo nos pós Pandemia. E é nessa crise que a Controladoria, um dos principais departamentos de uma empresa, deve ser cada vez mais exigido. Porém, vale ressaltar, que a Controladoria é o departamento que participa de todas as etapas do processo de gestão de uma empresa, ou seja, participa da fase do Planejamento, da Execução e do Controle, auxiliando na disseminação entre a Estratégia, a Tática e a Operação (PITTA, 2020).

A partir da crise a Controladoria deverá agir de forma proativa, acompanhando informações a respeito do segmento da empresa, o que poderá impactar toda a cadeia, acompanhar se surgiu alguma oportunidade no âmbito fiscal ou financeiro que possa auxiliar a empresa, ajudar o empresário em novas projeções e simulações de cenários será o papel mais importante nesse momento (PITTA, 2020).

O Replanejamento será essencial a partir de agora já que o Planejamento Orçamentário de 2020, feito no final de 2019, deve ser totalmente descartado pois as premissas não serão mais parâmetros a partir da Pandemia (PITTA, 2020).

Alguns fatores que podemos destacar que altera a forma de planejamento das empresas a partir de então são a queda do PIB Brasil em 3% em 2020 em relação a 2019, o aumento do dólar de R\$ 4,50 para R\$ 5,40 em 2020 além da perspectiva da inflação (PITTA, 2020).

A Controladoria orientará as empresas a estabelecerem alguns requisitos para os períodos que se seguem, por exemplo, montar um comitê de crises, preservar o caixa tendo em vista as incertezas que virão, renegociar prazos de dívidas com os credores, rever os custos fixos, tendências e investimentos (PITTA, 2020).

O plano estratégico não se limitará a mais de 5 anos, devendo ser revisado anualmente com maior frequência, alinhando sempre os planos operacionais e estratégicos. Definir qual é o Propósito da companhia poderá ajudar a se aproximar de seu “novo cliente” e investir em tecnologias para otimização operacional (PITTA, 2020).

A área de Controladoria já era e agora será cada vez mais estratégica na Companhia. Se antes do COVID-19 era bem importante o CONTROLLER de uma empresa ser o NAVEGADOR enquanto o EMPRESÁRIO é o PILOTO isso será cada vez mais intenso e decisivo. Imagine que no meio da corrida já se sabe o caminho planejado (anda tantos metros, vira à direita, curva ascendente a esquerda, etc.) e a partir de agora haverá ainda mais interferências e será necessário a mudança de rumo para se chegar ao objetivo, e então o NAVEGADOR (CONTROLLER) terá que ter informações mais rápidas para sinalizar ao PILOTO (EMPRESÁRIO) que o caminho deverá ser alterado no meio da corrida. Isso será um desafio daqui para a frente (PITTA, 2020).

Os efeitos econômicos, decorrentes da crise gerada pela pandemia do coronavírus, trouxeram restrições na produção, na comercialização e no consumo de bens, cujos impactos estarão refletidos nas demonstrações contábeis e relatórios financeiros das empresas (PITTA, 2020).

A auditoria independente é um dos processos mais importantes dentro das diretrizes da governança corporativa. Para evitar descumprimento de prazo e perda de informações, os auditores independentes e a administração das empresas devem estabelecer protocolos e reforçar o planejamento, para evitar que a qualidade da auditoria não seja afetada pelo distanciamento social entre os dois lados. É natural que o auditor trabalhe boa parte do tempo fisicamente nas dependências do cliente, não apenas para facilitar o acesso aos documentos e informações, mas porque é possível verificar in loco os processos e a qualidade dos controles (BARBOSA, 2020).

Como não poderia ser diferente, é importante que o auditor já conheça os processos e atividade operacional do cliente, para otimizar tempo. Pelo fato de que o ambiente cibernético apresenta mais riscos, é aconselhável que as medidas de segurança das informações sejam reforçadas, mas sem que isto imponha restrições ao auditor. Os desafios da auditoria independente continuam, com a diminuição do isolamento social, o controle da pandemia e o fortalecimento do meio digital das empresas. Isso porque as empresas esperam que as auditorias independentes voltem a ser de forma presencial, em função da frequência de reuniões, de uma maior facilidade de comunicação e do controle dos processos (BARBOSA, 2020).

O Projeto de Lei 2654/20 prevê tratamento tributário especial para o etanol hidratado enquanto durar a pandemia causada pelo novo coronavírus. O texto em análise na Câmara dos Deputados zera as alíquotas de tributos (PIS, Cofins e IPI) incidentes sobre a receita bruta de venda no mercado interno (MACHADO, 2021).

Aclamada no início de 2020 como a [prioridade](#) do Congresso Nacional e do país, a reforma tributária acabou sendo adiada em razão da pandemia do novo coronavírus e também por divergências políticas que dificultaram o debate no Senado e na Câmara (SENADO, 2021).

A alteração no sistema de cobrança de impostos começou a ser cogitada em janeiro de 2020. Antes mesmo do início do ano legislativo, o presidente Davi Alcolumbre defendia o diálogo entre o Palácio do Planalto e as duas Casas do Congresso. Otimista, ele acreditava na aprovação da matéria no primeiro semestre daquele ano (SENADO, 2021).

O Governo Federal anunciou uma série de medidas tributárias que adia, suspende ou altera o valor a ser recolhido aos cofres públicos e também os prazos de pagamento ou entrega de declarações (DARLAN, 2020).

As mudanças atingem e beneficiam não só empresas, mas também pequenos negócios, microempreendedores individuais, empregadores de trabalhadores domésticos e pessoas físicas.

O conjunto de medidas incluem:

- a. Prorrogação do pagamento dos tributos do Simples Nacional
- b. Adiamento e parcelamento do FGTS dos trabalhadores
- c. Adiamento do PIS, Pasep, Cofins e da contribuição previdenciária
- d. Redução da contribuição obrigatória ao Sistema S
- e. Redução do IOF sobre operações de crédito
- f. Prorrogação do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda
- g. Redução de IPI de produtos médico-hospitalares
- h. Redução de imposto de importação de produtos médico-hospitalares
- i. Prorrogação da validade de certidões de débitos e créditos tributários
- j. Prorrogação de parcelamentos tributários

k. Prorrogação do pagamento dos tributos do Simples Nacional

O governo prorrogou, por 6 meses, o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional, relativos aos períodos de março, abril e maio. A medida vale para pequenas empresas e se aplica aos Microempreendedores Individuais (MEIs) (DARLAN, 2020).

Foi prorrogado também o prazo de apresentação da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) para as empresas do Simples Nacional e da Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei), referentes ao ano calendário de 2019 (DARLAN, 2020).

Foi autorizado o adiamento e pagamento parcelado do depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores. O pagamento pôde ser em 6 parcelas fixas (DARLAN, 2020).

O governo adiou o pagamento do PIS, Pasep, Cofins e também da contribuição previdenciária patronal de empresas e empregadores de trabalhadores domésticos. Para quem efetuou os pagamentos dos tributos federais dentro do novo prazo temporário não houve a incidência de juros ou multa de mora, de acordo com a Receita Federal (GARCIA, 2020).

O governo estimou que R\$ 120 bilhões foram mantidos no caixa dessas empresas com esta postergação (DARLAN, 2020).

As contribuições obrigatórias das empresas ao Sistema S foram reduzidas em 50% por 3 meses. A estimativa é que as empresas tenham deixado de pagar R\$ 2,2 bilhões no período. Foram afetadas pela medida as seguintes instituições: Senai, Sesi, Sesc, Sest, SESCOOP, Senac, Senat e Senar (SENADO, 2020).

O governo também reduziu a zero até 26 de novembro de 2020 a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito. A alíquota era de 3% ao ano (GARCIA, 2020).

Em razão da pandemia, a Receita Federal prorrogou o prazo de entrega da declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) por 60 dias. O prazo final passou de 30 de abril para 30 de junho (AGUIAR, 2021).

O governo federal zerou tarifas de importação de produtos farmacêuticos e equipamentos médico-hospitalares utilizados no combate ao novo coronavírus. O período com alíquotas zeradas vai até 30 de setembro. Conforme o Ministério da Economia, 61 itens ficaram com a tarifa de importação zerada. Algumas prefeituras decidiram adiar o cronograma de pagamento do IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana), mas em diversas capitais nada mudou. Em São Paulo, o falecido prefeito Bruno Covas (PSDB) foi contra a prorrogação ou isenção de IPTU (DARLAN, 2020).

O mercado global, incluindo o doméstico, tem apresentado muita volatilidade na expectativa de alguma alteração da política monetária, especialmente nos Estados Unidos. A questão é que, por uma série de fatores, a inflação começa a ser um problema, mesmo que a pandemia ainda imponha algumas restrições regionais ao crescimento. Na medida que as economias vão avançando, sustentadas por estímulos fiscais e a vacinação, como nos EUA, as pressões de preços ganham mais impulso, o que leva a esse questionamento quanto a possíveis revisões de estímulos, passando pelas políticas de juros. Vários segmentos da indústria, do agronegócio e a construção convivem hoje com falta de produtos e alta de preços, que acaba reforçando pressões inflacionárias. Daí o aperto da política monetária, que pode se intensificar (PAN, 2021).

Com a bolha inflacionária global que foi formada durante a pandemia, devido a escassez de insumos produtivos, simultâneo a impressão de dinheiro FIAT para o custeio dos gastos públicos dos governos globais, o contador se depara com o surgimento de dias difíceis que estão se formando pela próxima década, com uma falsa sensação de segurança causada pela vacinação obrigatória em massa de grande parte da população mundial e o desgoverno autoritário de prefeitos e governadores que auxiliam o crescimento da crise, me surpreende que

grande parte das pessoas, em especial, os profissionais da área financeira, não tem se atentado ao surgimento de uma grande crise global. Ainda temos um pouco de tempo para tomar as devidas providencias, tais como investir definitivamente no home-office, visto que logo o mundo irá se deparar com nova onda pandêmica, e solidificar os caixas das empresas que gerimos com investimentos sólidos em ouro, prata, criptomoedas descentralizadas e imóveis, além, claro, de manter investimentos de liquidez imediata com fácil disponibilidade nos cofres das empresas (OLIVEIRA, 2021).

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as incertezas a médio prazo, as empresas, gestores, administradores, contadores e economistas precisam se atentar nas hipóteses que ocorrer uma nova tragédia em massa, e prepararem as empresas para amortizar os impactos negativos, tomando precauções como maior controle de gastos, fluxos de processos e gestão de pessoal, novas adaptações, versatilidade, observar as tendências de mercado, realizar investimentos sólidos e tradicionais como em metais preciosos, além de auditar ainda mais as contas, para garantir sua sobrevivência. Quanto ao profissional em si, será preciso considerar o trabalho home-office como algo permanente de fato, pois a pandemia não terminará tão cedo.

3. REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. (12 de abril de 2021). Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/receita-adia-o-prazo-de-entrega-da-declaracao-de-imposto-de-renda>

BARBOSA, C. (16 de 12 de 2020). Fonte: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/opiniaio/2020/12/desafios-da-auditoria-na-pandemia.html>

DARLAN, A. (15 de Abril de 2020). G1. Fonte: [g1.com: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/15/impostos-tributos-e-contribuicoes-veja-o-que-foi-adiado-suspenso-ou-reduzido-durante-a-pandemia.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/15/impostos-tributos-e-contribuicoes-veja-o-que-foi-adiado-suspenso-ou-reduzido-durante-a-pandemia.ghtml)

ECONÔMICO, V. (18 de Fevereiro de 2021). Fonte: <https://valor.globo.com/coronavirus/a-economia-na-pandemia/>

FIOCRUZ. (12 de Maio de 2021). FIOCRUZ. Fonte: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>

G1. (17 de junho de 2020). Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/17/receita-federal-adia-pagamento-patronal-de-contribuicoes-sociais-de-junho-para-novembro.ghtml>

Garcia, G. (2020 de abril de 2020). Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/01/governo-reduz-a-zero-cobranca-de-iof-de-operacoes-de-credito-anuncia-receita.ghtml>

ISTOÉ. (27 de agosto de 2021). Fonte: <https://www.istoedinheiro.com.br/doria-anuncia-3a-dose-para-pessoas-com-60-anos-e-imunossuprimidos-em-6-de-setembro/>

MACHADO, R. (16 de 06 de 2021). *camara.leg*. Fonte:

PAN, J. (24 de MAIO de 2021). Fonte: <https://jovempan.com.br/opiniao-jovem-pan/comentaristas/denise-campos-de-toledo/inflacao-durante-a-pandemia-gera-alerta-no-mundo-inteiro.html>

PITTA, M. (2020). *mscontroladoria*. Fonte: <https://www.mscontroladoria.com.br/o-papel-da-controladoria-na-epoca-de-pandemia/>

RE, Í. L. (02 de setembro de 2021). *ESTADÃO*. Fonte: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,com-crescimento-de-86-em-uma-semana-brasil-chega-a-2-6-mil-casos-da-variante-delta-do-coronavirus,70003827501>

ROUBICEK, M. (06 de janeiro de 2021). Fonte: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/01/06/Por-que-a-vacina%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-importante-para-a-retomada-da-economia>

SALGUEIRO, E. (01 de setembro de 2021). Fonte: <https://revistaoeste.com/politica/as-pessoas-estao-participando-de-experimentos-diz-medica-sobre-vacinas/>

Senado. (1 de abril de 2020). Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/01/reducao-de-contribuicoes-ao-sistema-s-passa-a-valer-nesta-quarta-feira>

SENADO. (21 de 01 de 2021). *senado.leg*. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/01/21/pandemia-e-divergencias-adiaram-reforma-tributaria-para-2021>

STÉFANO, S. (31 de AGOSTO de 2021). Fonte: CNN BRASIL: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/brasil-vive-inflacao-de-escassez-pela-1a-vez-desde-plano-real-apontam-economistas/>

UOL. (24 de agosto de 2021). Fonte: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/afp/2021/08/24/israel-autoriza-a-aplicacao-3-dose-da-vacina-contra-a-covid-19-a-partir-dos-30-anos.htm>